

## O CONSUMO DA PAISAGEM DO CENTRO HISTÓRICO DE MUQUI – ES COMO EXPRESSÃO DO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO- INFORMACIONAL

Camilla Ribeiro Leal  
Universidade Federal Fluminense  
camillaaleal@hotmail.com

Silvana Cristina da Silva  
Universidade Federal Fluminense  
silvanasilva@id.uff.br

### RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender a inserção de Muqui – ES, uma cidade pequena, na dinâmica da rede urbana frente as transformações do meio técnico-científico informacional. A formação territorial de Muqui teve importância devido a economia cafeeira. Desse período a cidade herdou uma paisagem urbana que vem sendo ressignificada. Houve um processo de patrimonialização do Centro Histórico de Muqui, que se caracteriza como o maior sítio histórico do estado do ES. Deste modo, procurou-se entender como se deu o processo de dinamização dos fluxos na rede urbana em que Muqui está inserida. Para tanto, recorreu-se a análise do espaço urbano, contextualizando o com a rede urbana na qual a cidade está inserida. No decorrer dos últimos anos, os eventos sediados na cidade fizeram com que as atividades terciárias sofressem uma expansão qualitativa e quantitativa, tornando o lugar cada vez mais atrativo para o capital comercial e das artes.

Palavras-chave: Paisagem; Período-técnico-científico-informacional e sítio histórico.

GT – 15: Brasil Não-Metropolitano: Temporalidades e Espacialidades Urbanas

## 1 INTRODUÇÃO

Durante os anos de 1990 afirma-se a tendência de valorização da cultura como ativa na vida urbana, compreendendo a busca pela inserção das cidades, inclusive pequenas e médias em um circuito turístico, seja por meio das manifestações imateriais da cultura, como as festas, seja pelo culto à paisagem patrimonializada.

Esse processo já vem sendo analisado por alguns pesquisadores como Castro (2010), que fala da “culturalização” do espaço urbano para a promoção do turismo, como Luchiari (2005) e entre outros. Nesse sentido, esse trabalho busca compreender a inserção de Muqui na rede urbana por meio da promoção da paisagem patrimonializada ou pelas festas e festivais.

A cidade de Muqui, fundada em 22 de outubro de 1912, com uma população de 15.806 habitantes (IBGE, 2016), encontra-se na região geográfica Sul do estado do Espírito Santo. A formação desta cidade, assim como outras do Espírito Santo, originou-se a partir do apogeu da economia cafeeira durante o século XIX, recorrente da ocupação da área rural pelos colonizadores do Vale do Paraíba que se fixaram no local a partir de 1853.

A formação urbana de Muqui data a partir de 1853, quando os colonizadores fundam uma pequena povoação, denominada de Arraial Dos Lagartos. O crescimento do povoado começa a expandir-se por volta de 1902, com a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina Railway, responsável pela distribuição do café ali produzido, onde inicia um processo de crescimento urbano, que resulta na malha urbana hoje existente (IBGE, 2016).

O espaço intraurbano é um dos principais objetos de estudo da Geografia. Este espaço é marcado por um padrão de heterogeneidade, de forma que se contesta, por sua vez, a partir dos símbolos, fluxos e a própria paisagem encontrada ali, evidenciando materialmente o conteúdo que a compõe sob os diversos aspectos da realidade urbana. Enfim, o espaço urbano encontra-se em constante produção e organização, resultado e condicionante das relações sociais, que mudam no tempo e no espaço, conforme aponta Corrêa (1989).

Do período áureo da economia cafeeira, a cidade de Muqui herdou uma paisagem urbana típica dessa época. A cidade hoje vem chamando atenção pelos vários eventos que vêm ocorrendo ligados às atividades turísticas e culturais impulsionando atividades terciárias, basicamente, o comércio local e a rede hoteleira. Apesar das características e da intensidade desses eventos, pode-se afirmar, em um contexto regional, que o Centro Histórico de Muqui se constitui atualmente, como um dos maiores propulsores da economia advinda do turismo e cultura do estado do Espírito Santo.

Desde 1950 acontece em Muqui o Encontro Nacional de Folia de Reis e, desde 1970 ocorre o Carnaval Folclórico do Boi Pintadinho. Essas atividades culturais vêm se intensificando nos últimos seis anos. Um indicador dessa tendência, de certa maneira, pode ser considerado a partir da realização anual de eventos ligados à cultura e entretenimento desde 2012, como o Festival de Cinema do Interior (FECIN), o Festival de Integração Jovem desde 2013 e o Festival de Cerveja Artesanal, que ocorre há três anos. Ao longo dos últimos seis anos, observa-se a intensa realização dos eventos culturais e também da predominância dos estabelecimentos relacionados às atividades terciárias. De modo específico, o que se destaca é o processo de transformação da paisagem urbana, utilizada para a realização dos eventos. Enfim, a maneira como se deu a dinamização dos espaços para se adequaram ao novo momento, sobretudo em uma cidade pequena. Ou seja, a paisagem criada como respostas a determinadas necessidades e funções do presente, conforme aponta Santos (1985).

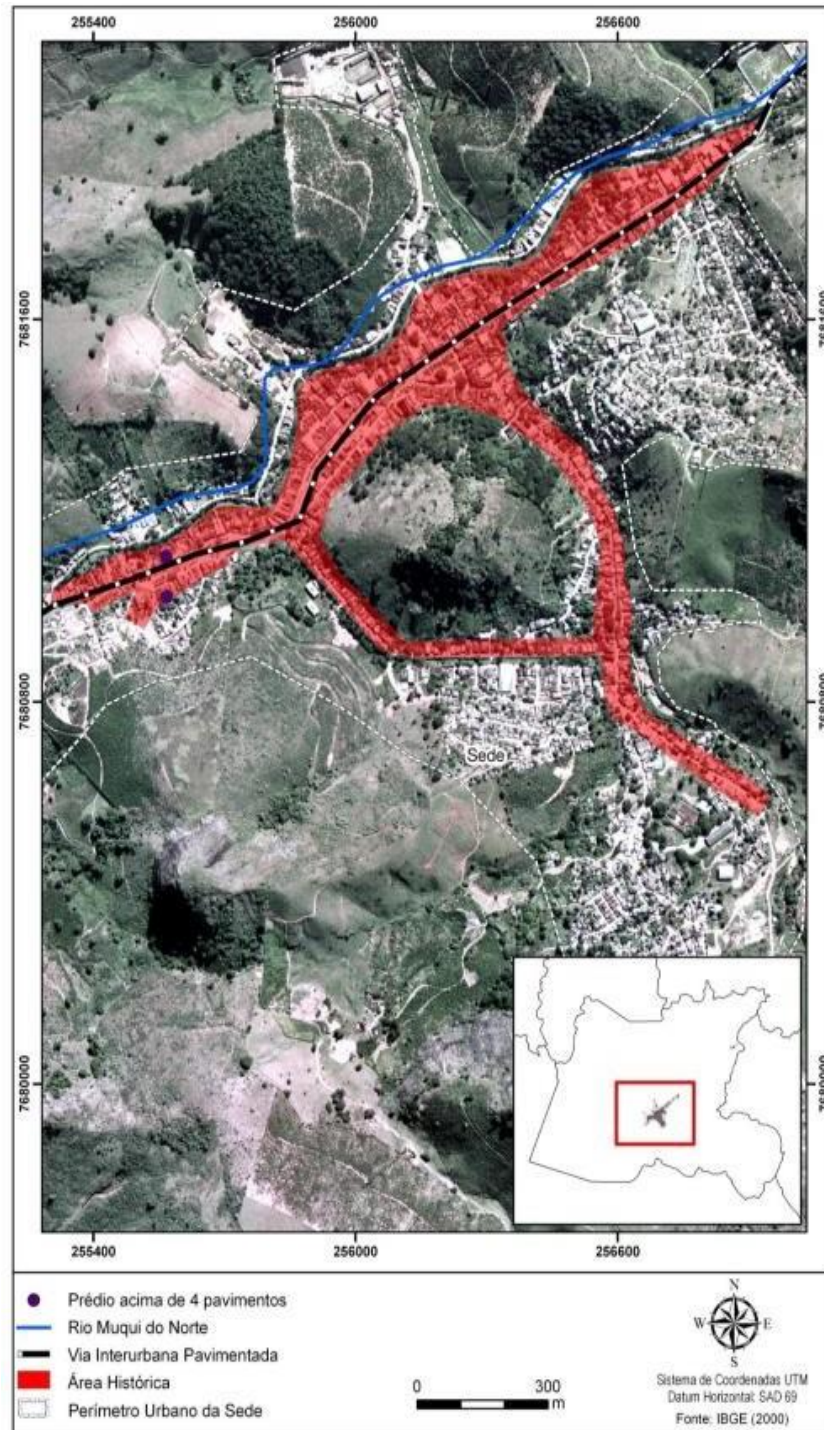
Buscou-se compreender os desdobramentos na cidade a partir da promoção dos eventos sediados por ela e as novas lógicas implementadas nesta cidade pequena a partir dos circuitos culturais e turísticos. Para isso analisou-se dois eventos desses circuitos: o Festival de Cinema do Interior e o Encontro Nacional de Folia de Reis. A pesquisa foi apresentada neste artigo em três sessões: a primeira, “O Centro Histórico de Muqui – ES e o processo de tombamento”, cuja preocupação foi mostrar as heranças territoriais do espaço urbano e a patrimonialização. Na segunda sessão, “Muqui e os eventos turísticos e culturais: o consumo da paisagem no meio técnico- científico-informacional”, em que foi apresentado a análise dos festivais e a discussão sobre a mercantilização da paisagem. Na terceira sessão, “As novas interações de Muqui na rede urbana: “as centralidades sazonais”, diz respeito as reflexões realizadas sobre o papel das cidades pequenas e como elas estão se impondo e ao mesmo tempo recepcionado as ordens da globalização.

## **2 O CENTRO HISTÓRICO DE MUQUI – ES E O PROCESSO DE TOMBAMENTO**

O atual Sítio Histórico de Muqui se constituiu a partir do primeiro debate no âmbito da demolição de um dos mais significativos imóveis no centro da cidade sob protestos da população local, de acordo com Hautequestt Filho (2011). Esse fato fez com que despertasse o interesse da comunidade pelo tombamento estadual do sítio histórico como forma de manutenção das suas características a partir de 1998.

Em maio de 1998 foi criada a Comissão Pró-tombamento que em dezembro de 1999, formada pelos moradores do município e pela Prefeitura Municipal de Muqui, se transformou no Conselho Municipal de Cultura, que efetuou o tombamento municipal do sítio histórico em 19 de agosto de 2000, e, a partir de então, passou a ser responsável pelo processo de gestão do sítio histórico (HAUTEQUESTT FILHO, 2011). No entanto, em 1999 o processo ainda não havia sido concluído pelo CEC (Conselho Estadual de Cultura), órgão vinculado ao Governo do Espírito Santo, a partir desse período, a comunidade local em conjunto com a Prefeitura Municipal, tomaram para si a responsabilidade de preservação de seu patrimônio através do tombamento municipal e do estabelecimento de um modelo de gestão local (HAUTEQUESTT FILHO, 2011).

Com o objetivo de proteger e salvaguardar legalmente o acervo material presente na cidade (Figura 1), foi promulgada no âmbito municipal a Lei nº 070/99, publicada em 06 de outubro do mesmo ano. A lei “Dispõe sobre o Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Muqui e dá outras providências”, e ressalta a necessidade de preservação de bens imóveis e paisagens, que deverão ser registrados em Livros de Tombo da prefeitura.



Fonte: NICOLAU, Ricardo. (2010), a partir do Inventário do Patrimônio Cultural, estudo para elaboração da Lei Municipal N°. 070/99 – Sítio Histórico de Muqui, 1999.

De acordo com Pessotti (2014), a partir do relatório elaborado, o Inventário de Bens Móveis, em 1999, possuía a justificativa do tombamento municipal do casario de Muqui se justificar por duas vertentes conceituais, tanto a econômica, quanto a estilística.

Até 2008 o Sítio Histórico de Muqui era de responsabilidade municipal, somente a partir deste período o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) inicia o processo de estudo do sítio histórico, que compreendeu a realização de uma pesquisa histórica que possuiu o intuito em subsidiar a definição de parâmetros de proteção legal para a cidade. No ano de 2009, dando continuidade ao trabalho do IPHAN, o Governo do Estado do Espírito Santo em conjunto com a SECULT-ES (Secretaria de Estado da Cultura) inicia o processo de tombamento do Sítio Histórico de Muqui (PESSOTTI, 2014).

Para tanto, o Governo do Estado do Espírito Santo realizou o tombamento do casario do Sítio Histórico de Muqui, considerando a relevância do conjunto arquitetônico do Ciclo do Café, no qual Muqui passa a ser legalmente um dos maiores exemplares arquitetônicos relevantes no estado do Espírito Santo para compreender a história do ciclo cafeeiro e a relação entre o rural e a produção urbana.

Somente a partir de 2009 começa a ser realizado o inventário de conhecimento de todos os imóveis urbanos que, para os órgãos responsáveis pelo tombamento, precisavam apresentar um valor histórico e estético produzido durante a economia cafeeira.

Contudo, após os trabalhos em campo realizado pelos órgãos responsáveis, foram selecionados imóveis para proteção através do instrumento do tombamento, e outros através do instrumento do inventário. Muqui passa a ter legalmente 173 imóveis tombados e 90 imóveis inventariados. Constituindo, desta forma, o maior conjunto urbano, ou seja, o maior sítio histórico protegido pelo Estado do Espírito Santo, com 263 imóveis identificados com valor histórico e estéticos.

Figura 2: Um dos 263 imóveis identificados com valor histórico em Muqui.



Fonte: Humberto Capai, 2018.

### **3 MUQUI E OS EVENTOS TURÍSTICOS E CULTURAIS: O CONSUMO DA PAISAGEM NO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL**

A diferenciação das cidades históricas, entre as outras cidades, é o fato delas abrigarem um conjunto de materialidades e um conjunto arquitetônico, pretérito na sua paisagem que são considerados como representantes de uma cultura que deve ser protegida e guardada.

É significativo sublinhar quais são os elementos da paisagem que serão preservados e o que elas representam. Os casarões dos Barões do Café, por exemplo, evidenciam o poderio de uma dada classe social hegemônica em um dado período histórico, “a forma de produção, apropriação, adaptação e morfologia do habitar são reflexos de um determinado contexto cultural construído historicamente” (CASTRO, 2010, p. 114).

Ao meio de um discurso ideológico, por ser o maior Centro Histórico do estado do Espírito Santo, tal fato contribui para uma fetichização da paisagem apresentada pelo lugar, produzindo um local turístico que se apoia no imaginário criado pelas ferramentas dos meios de comunicação,

sobretudo para e por estratégias de mercado e dos poderes locais, sejam ele agentes públicos, sejam eles os agentes privados da vida local.

Segundo Santos (1998) a paisagem está correlacionada ao processo de produção, ou seja, no meio em que ocorre a produção propriamente dita, encontra-se também os processos de circulação, distribuição e consumo.

A relação entre paisagem e produção está em que cada forma produtiva necessita de um tipo de instrumento de trabalho. Se os instrumentos de trabalho estão ligados ao processo direto da produção, isto é, à produção propriamente dita, também o estão à circulação, distribuição e consumo. A paisagem se organiza segundo os níveis destes, na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondentes. Por essa razão, a paisagem urbana é mais heterogênea, já que a cidade abarca diversos tipos e níveis de produção (SANTOS, 1998, p.23).

A paisagem propriamente dita pode ser constituída como o domínio do visível. A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos e substituições, tratando-se, portanto, de um conceito dinâmico, com diversas escalas de tempo e níveis de observação (SANTOS, 1998).

Sendo assim, a partir da dinâmica econômica constituída durante o século XIX, a paisagem de Muqui sofreu modificações devido à forma produtiva que ali foi incorporado, assim, resultando hoje em uma outra dinâmica a partir da lógica econômica correlacionada ao turismo local e, segundo Luchiari (2005) tanto a paisagem, quanto o tempo são transformados em bens de consumo e produtos turísticos a partir da mercantilização da paisagem.

Assim, conforme aponta Harvey (2005), vivencia-se em todo o mundo capitalista a partir da metade do século XX o empreendedorismo urbano: “os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 2005, p. 167). Embora a análise de Harvey seja direcionada a explicar principalmente as grandes cidades nos países centrais, o autor não desconsidera as cidades do interior que buscam a realização de eventos culturais como estratégia de combate à sua possível estagnação econômica, ou seja, “as atividades culturais e as artes podem ajudar a romper a espiral descendente da estagnação econômica nas cidades do interior e ajudar as pessoas” (HARVEY, 2005, p. 176).



Segundo Harvey (2005, p. 221), “é inegável que a cultura se transformou em algum gênero de mercadoria”, fica evidente a correlação entre a cultura e o capital de forma que, a renda produzida a partir dessa relação se baseie no poder monopolista, isto é, esta renda surge porque “os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item” (HARVEY, 2005, p. 222).

Recupera-se de Harvey (2005), a ideia desenvolvida sobre a transformação da cultura como mercadoria. Evidente que o autor aborda a questão no contexto das grandes cidades e situações específicas. A análise para a situação de Muqui exige a contextualização da urbanização e da *formação socioespacial* (SANTOS, 1977) brasileira, bem como a posição de Muqui na rede urbana, como uma cidade pequena.

Como a valorização do patrimônio chega a essa pequena cidade no interior do Espírito Santo? O processo de uso capitalista da paisagem e da cultura de Muqui se constituiu a partir do momento em que o patrimônio do sítio histórico foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Cultura, e novas políticas mercadológicas foram inseridas no espaço. Devido às especificidades espaciais, econômicas e políticas, pode-se destacar dois momentos nesse processo. O primeiro momento foi a implantação do programa “Cama e Café”, a partir de 2005, esta forma de hospedagem em Muqui, foi promovido sobretudo, a partir da sua função como sítio histórico. E, em segundo plano, no decorrer dos últimos anos, os fluxos turísticos ganharam uma nova dimensão com o processo de criação de festivais culturais, promovidos, por sua vez, pelos agentes locais.

O uso da paisagem urbana de Muqui está associado ao processo de tombamento do Sítio Histórico no espaço urbano. Esta função, intensificou-se, consideravelmente, no decorrer dos últimos 15 anos conforme o reconhecimento da paisagem local pelos agentes locais e pelo CEC.

Os desdobramentos deste processo se verificam, de maneira preponderante, no espaço urbano local, que nos últimos 15 anos observou-se um incremento considerável no âmbito da estrutura oferecida pela cidade para abrigar o fluxo turístico recorrente ao sítio histórico e os eventos sazonais existentes, essas mudanças na estrutura são, substancialmente um indicador de um fluxo turístico maior durante os eventos culturais apresentados ao longo de um ano. Neste sentido, as “manifestações culturais imateriais e os espaços patrimonializados cêntricos não são mais que a realização concreta de sua prévia representação, promovida por agentes públicos e privados.” (CRUZ, 2012, p. 102), e para Castro “as festas de algumas pequenas cidades foram

progressivamente se transformando em grandes eventos festivos, configurando, assim, uma modalidade de turismo sazonal” (CASTRO, 2010, p. 111).

A paisagem da cidade começou a ser vista como uma forma de resgatar a economia local que estava estagnada desde a crise cafeeira além da arquitetura da cidade que era vista como algo obsoleto ao tempo e, a singularidade material e imaterial da cidade passaram a ser valorizadas tanto pela população local, como regional após a oficialização do sítio histórico.

Nesse contexto, surge o projeto “Cama e Café”, que se constitui em uma parceria do Governo do Estado, por meio da Sedetur (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo), BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo), Sebrae-ES e prefeituras municipais. Segundo Trevezan (2007), este projeto busca potencializar o desenvolvimento de diversos segmentos turísticos, sobretudo, como uma forma alternativa de hospedagem, diferentemente dos tradicionais hotéis e pousadas. Com este objetivo, o programa busca casas em diversos municípios do estado em que os proprietários possam receber os turistas, fomentando a comercialização e a oferta turística para os locais no qual o programa esteja inserido.

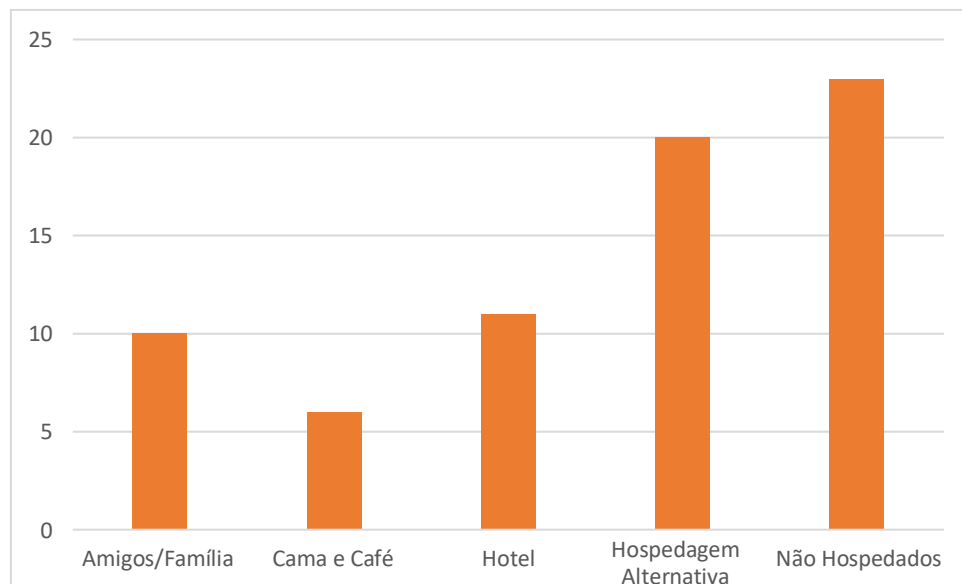
Esta promoção do turismo que busca atingir uma grande quantidade de pessoas, sobretudo em cidades históricas cujos espaços vêm sendo transformados nos últimos anos, faz com que tudo se torne um objeto de curiosidade aos turistas, John Urry (1996), mostra que esse anseio por parte dos turistas se fundamenta em uma cultura pós-moderna, pois “na realidade, o fato de todo tipo de lugar ter se tornado um centro de espetáculo e exibição e a atração nostálgica exercida pela ‘herança cultural’ podem ser considerados elementos do pós moderno” (URRY, 1996, p. 93). Essas transformações fazem com que o turismo se transforme em uma indústria onde não há espaço para a falta de estrutura entendida em termos de implantação de estruturas turísticas.

Evidentemente, há lugares que se tornaram centros mundiais do turismo de massa, como Barcelona, Veneza e Paris, entre outras cidades. O que impulsiona outros lugares na competição para tornarem o próximo lugar a ser “descoberto” pelos turistas. As cidades de menor porte na rede urbana também entram nesta lógica, com as devidas proporções, mas trata-se de gerar um valor à paisagem na promoção do turismo.

Em virtude deste processo, cerca de seis casas no centro urbano de Muqui participam do projeto, a cidade que contava com 22 quartos do único hotel, passou a contar com mais de 35. Essa reestruturação do campo hoteleiro de Muqui veio acompanhada de ações a nível local e

estadual que foram importantes em relação ao processo de modernização e ampliação da economia muquiense que se encontra em curso. Desta forma, para Coriolano (2006), o turismo é uma modalidade de acumulação que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço, de forma heterogênea, pela ação do Estado, dos residentes, e dos turistas. Estas práticas sociais na cidade tornam-se reflexo na política econômica e também um produto que reproduz o contexto cultural no qual está inserido. Em contraste do que ocorria antes das primeiras casas participantes do programa “Cama e Café” em Muqui, no transcorrer dos anos após a implementação deste programa e de outras formas alternativas de hospedagem, observa-se a divisão dos turistas em diferentes opções de hospedagem na cidade. Em relação a tal fato, durante os dois eventos estudados, nota-se que os turistas já passaram a usar a opção de hospedagem em casas atendentes pelo programa “Cama e Café” e também no único hotel da cidade (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Formas de hospedagem utilizadas pelos entrevistados durante o 67º Encontro Nacional de Folia de Reis – 2017.



Elaboração: Camilla Ribeiro Leal, 2017<sup>1</sup>.

O Encontro Nacional de Folia de Reis em Muqui (ENFR) é o maior e o mais antigo do Brasil. Denominado em um primeiro momento de Torneio de Folia de Reis tem, segundo a SECULT-ES (2017), origem europeia e está ligado às festividades natalinas. No Brasil, a Folia de Reis possui força maior onde as cidades são de origem do período do apogeu da cafeicultura, principalmente nas pequenas cidades de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O

<sup>1</sup> Aplicação de questionários estruturados para os turistas durante o 67º Encontro Nacional de Folia de Reis em 12 de agosto de 2017, ao todo foram 70 questionários aplicados em relação aos três mil turistas.

festival seleciona anualmente 50 grupos de Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais para o desfile no Sítio Histórico de Muqui. O ENFR ocorre há 57 anos. Atualmente, o Governo Estadual e o Governo Municipal são os principais agentes promotores do evento com apoio financeiro do Banestes (Banco do Estado do Espírito Santo).

A partir dos dados acima, constata-se quatro situações: cerca de 23 frequentadores do 67º Encontro Nacional de Folia de Reis permaneceram apenas um dia na cidade, ou seja, permaneceram durante o tempo de realização do evento e não se hospedaram em nenhuma das opções, 20 pessoas se hospedaram em algum outro tipo de hospedagem alternativa não questionada, cerca de 11 pessoas se hospedaram no hotel da cidade, 6 pessoas se hospedaram em algum imóvel participante do “Cama e Café” e 10 pessoas se hospedaram na casa de amigos ou família.

Entretanto, o Festival de Cinema do Interior (FECIN), segundo Léo Alves, idealizador do festival, surgiu quando,

começamos a fazer vídeos pelas ruas de Muqui, em câmeras amadoras ou celulares. A gente inventava cinema e via a cidade como uma cidade cenográfica. Daí o Jussan, meu amigo, comentou: vamos criar um festival de cinema? A gente nem ao menos sabia como fazer um festival, mas fizemos! Foi em Muqui porque é nossa cidade, nossa cidade cenográfica! A ideia veio dele e eu embarquei junto<sup>2</sup>.

O Festival é realizado uma vez por ano com incentivos do SEBRAE-ES, e segundo Léo Alves o orçamento anual do festival é de oitenta mil reais e, para ele, este valor é relativamente pequeno comparado aos incentivos do Estado e do setor privado em outros festivais de cinema. Para Léo, todo ano o festival passa por dificuldades financeiras e a falta destes recursos impossibilita na realização das edições ou atrapalham na qualidade do projeto.

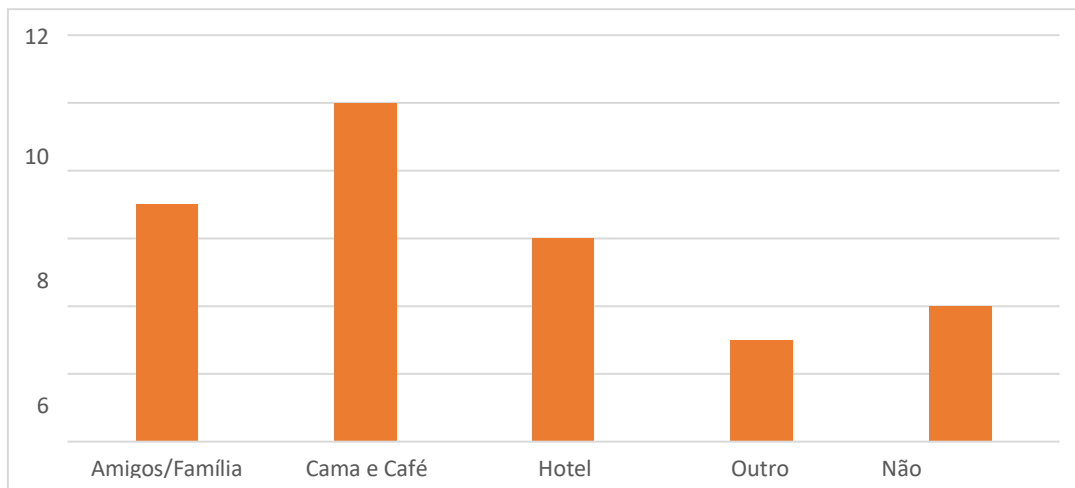
A partir de entrevistas informais durante o festival, notou-se que há conflitos em relação a alguns moradores da cidade que são contra o FECIN pelo fato de o evento trazer um público específico às suas mostras audiovisuais, sobretudo por apresentar uma mostra dedicada ao público transexual. Uma pequena parte da população em conjunto com alguns vereadores entrou com um pedido para o cancelamento do evento na cidade, porém, constatou-se que tal pedido não foi aceito e o evento foi sediado durante os dias 08 e 09 de setembro de 2017.

---

<sup>2</sup> Informações obtidas em entrevista com Léo Alves, produtor e idealizador do Festival de Cinema do Interior, realizada em 10 de outubro de 2017.

Durante o 6º Festival de Cinema do Interior, a maioria dos turistas entrevistados participantes do 6º FECIN optaram por se hospedar em alguma casa, o número de turistas entrevistados que buscaram o hotel ficou atrás dos turistas que se hospedaram na casa de amigos ou família (Gráfico 2).

Gráfico 2- Formas de hospedagem utilizadas durante o 6º Festival de Cinema do Interior – 2017



Elaboração: Camilla Ribeiro Leal, 2017<sup>3</sup>.

Assim, levando em consideração os números, torna-se evidente a utilização do “Cama e Café” nos eventos realizados na cidade, por outro lado, observando os mesmos gráficos nota-se que o número de reservas no hotel ainda é muito expressivo. Todavia, tal fato corrobora, por sua vez, com a ideia de que durante os festivais, todos os programas de hospedagens alternativas apresentam uma significância que extrapola a busca pelas reservas no hotel, tanto por haver poucos quartos disponíveis, quanto por possuírem diárias mais econômicas.

Portanto, no primeiro momento pode-se citar o aumento dos leitos de hospedagem no município, que conseqüentemente reflete numa maior capacidade de abrigar turistas por um determinado período de tempo, conseqüente, num interesse dos agentes, de forma em fomentar as atividades turísticas e culturais locais, avocando um maior fluxo turístico, determinando novas dinâmicas capitalistas, como, a criação dos festivais de cinema, música e de cerveja artesanal, ambos sendo realizados periodicamente uma vez ao ano. Para Cruz (2012), o turismo em grande parte dos casos tem sido a grande mola propulsora por essas ações, que refuncionalizam os bens culturais.

<sup>3</sup> Aplicação de questionários estruturados para os turistas durante o 6º Festival de Cinema do Interior durante os dias 08 e 09 de setembro de 2017, ao todo foram 30 questionários aplicados em relação aos quinhentos turistas.

Nos últimos três anos houve uma intensificação na realização dos eventos na cidade, atraindo ainda mais turistas, fazendo com que necessidades fossem criadas tanto para atrair o público, como para que haja o conforto e a mobilidade dos turistas durante os dias em que ocorrem os mais diversos festivais no sítio histórico.

Nesse contexto, constata-se que os festivais são os principais instrumentos de mercantilização da paisagem, já que ela é o principal incentivo para a realização dos festivais que a utilizam como uma fetichização da paisagem para os turistas pelos agentes locais. Por consequência, houve uma expansão nas atividades econômicas relacionadas ao *circuito superior e inferior da economia urbana* (SANTOS, 2014), como o comércio e a rede hoteleira, que intensifica as suas vendas durante os eventos no sítio histórico e, também, os ambulantes que se utilizam dos eventos para realizar as vendas de seus produtos. Para Cruz (2012), as cidades ditas históricas ficam rendidas às novas lógicas de produção dos espaços urbanos, segundo as quais, a cidade, por si só, se transforma em mercadoria.

#### **4 AS NOVAS INTERAÇÕES DE MUQUI NA REDE URBANA: “AS CENTRALIDADES SAZONAIS”**

De que maneira a transformação da paisagem urbana – do Sítio Histórico de Muqui – em paisagem para o consumo capitalista, influíram sobre a dinâmica da rede urbana, da qual esta cidade pequena faz parte, no período técnico-científico-informacional?

A globalização para Corrêa (1999), causa impacto na esfera econômica, sobretudo no âmbito social, político, econômico e, simultaneamente sobre a organização espacial. Santos (2001), compreende a globalização como a difusão do meio técnico-científico-informacional, além dessa ser parte e entendida como uma nova fase frente às modernizações trazidas no período atual. Este período de globalização em Muqui se faz mais presente a partir dos novos objetos e ações, expressando feições mais técnicas e informacionais, propiciadas pelo meio técnico-científico-informacional, este entendido para Santos (2001), como um meio em que se constitui o uso da técnica e da informação, provocando modificações acerca do espaço intraurbano.

Este período trata-se de uma reestruturação espacial que reflete na articulação entre as regiões e os centros urbanos, de forma que os objetos tendem a ser repletos de informações, ou seja, são técnicos e informacionais, impondo funcionamentos globais no território, difundindo os objetos e informações mais rapidamente. Ainda, para Corrêa (1999), os investimentos pensados e programados reestruturam inúmeras e complexas redes, e, “trata-se, em toda parte, de uma rede urbana que sofreu o impacto da globalização, na qual cada centro, por minúsculo

que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção” (CORRÊA, 1999, p. 44).

A espetacularização, a mercantilização e a turistificação são os pilares básicos que se complementam na contemporaneidade, ou seja, “o centro histórico de uma cidade, o Carnaval, uma determinada manifestação cultural ser espetacularizados turisticamente em uma perspectiva mercadológica” (CASTRO, 2010, p. 120).

As mudanças introduzidas nos últimos anos de ocorrências dos festivais alteraram as funções do pequeno lugar central, mesmo que momentaneamente, alterando seus fluxos na rede. O Festival de Cinema do Interior, no ano de 2017, recebeu 200 filmes de todos os estados brasileiros, porém selecionou apenas 14 entre documentários, animações e ficção de cidades como, Belo Horizonte, Campinas, Porto Alegre, Vitória, Recife, Brasília, entre outras. Nota-se que as produções dos filmes são estritamente realizadas nas capitais ou em grandes cidades, Muqui torna-se um *locus* de exibição destes filmes a partir de agentes que realizam este processo por meio dos festivais de exibição. Com relação à produção, evidencia-se uma certa hierarquia com relação aos lugares que produzem o conteúdo dos filmes.

Isto é, a produção, inclusive cinematográfica brasileira, mesmo de circuitos alternativos, acaba sendo concentrada nas grandes cidades, de forma que, as cidades pequenas, em sua maioria, não produzam conteúdos que as insiram na rede urbana como produtores de conteúdo, como por exemplo, o meio do entretenimento.

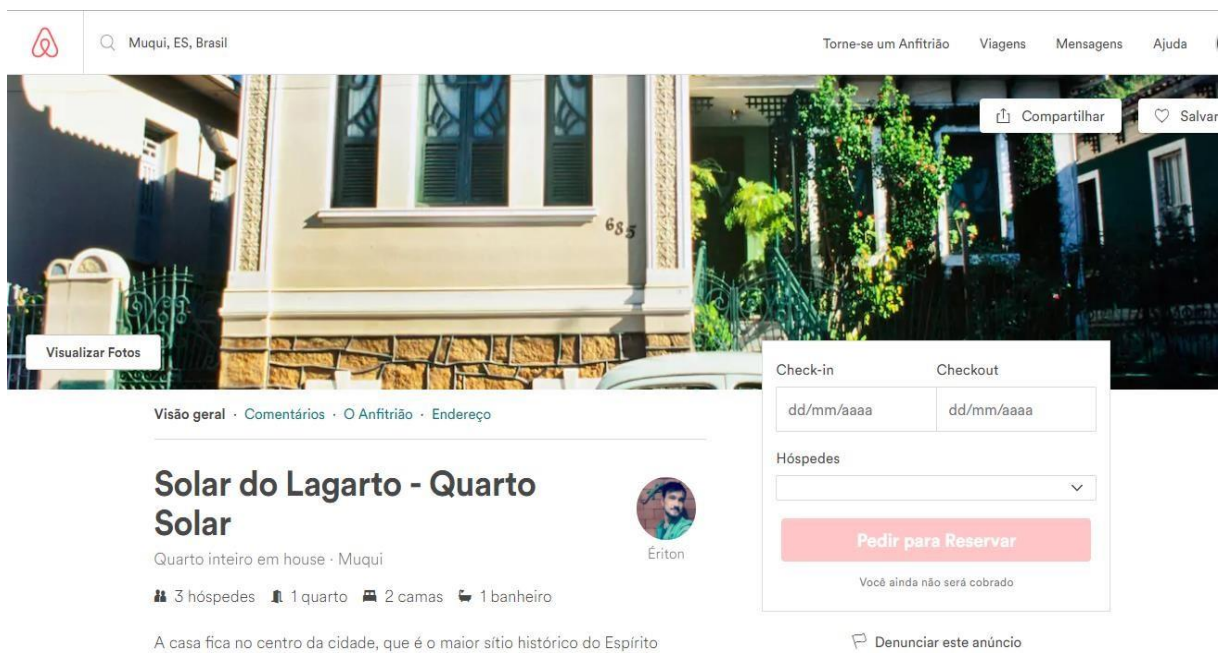
Entretanto, para um dos curadores dos filmes do 6º FECIN, os critérios de seleção para os filmes se baseiam na formação de plateia da cidade, já que é o único festival de cinema desta, por isso, filmes como, animação, documentários e ficção são os mais cotados para exibição. Além de, filmes que reforçam a identidade local, com temas ligados à cultura do campo, do interior, cultura popular, valorização do patrimônio histórico; filmes que abordam temas atuais, com temas ligados aos direitos humanos; e filmes que exploram o diferente, como filmes que fogem da realidade dos moradores e frequentadores do festival, como ficções experimentais e videoarte. Segundo o curador, o festival recebe produções de vários lugares do Brasil, sendo interior ou capital, recebendo até filmes estrangeiros, mesmo a cidade de origem não sendo critério de seleção e sim, os critérios citados acima.

Para Fresca (2010), os bens e serviços tornaram-se mais abrangentes em detrimento das necessidades imediatas à população. Portanto, mudanças tanto quantitativas quanto qualitativas estão ocorrendo no terciário das pequenas cidades, tanto a partir do comércio físico, como do

comércio via internet, assim, as possibilidades de alcance e de aquisição de bens vem provocando modificações de análise no terciário. Retomando ao que Santos (1988) propõe, isto é, nenhuma cidade ficar imune às mudanças ao longo do tempo.

Deste modo, os impactos causados pela globalização não passam despercebidos no âmbito das atividades executadas em Muqui. Como a cidade reestruturou as formas de hospedagem com a introdução de novas lógicas no seu espaço? O uso de aplicativos de reserva de quartos e casas, como o *Airbnb* (Figura 2) e, via redes sociais, no qual tornou-se mais amplo o alcance das ações realizadas na cidade e o que esta pode oferecer ao turista a partir do momento em que ele chega à cidade, ampliando ainda mais a articulação da rede urbana nos períodos de festivais.

Figura 3 - Anúncio de casa histórica no *Airbnb*



Fonte: www.airbnb.com.br, 15 de outubro de 2017.

Neste contexto, compreende-se que a produção dos eventos turísticos e culturais, que o usam o sítio histórico como paisagem a ser consumida, são necessários como atrações turísticas, tendo vinculado a esse processo tanto pessoas da região, quanto dos mais distantes estados do país. Assim, Muqui estabelece uma rede de comunicação e consumo articulados as outras dinâmicas espaciais, formam-se fluxos materiais e imateriais a partir de uma pequena cidade, uma nova centralidade urbana é exercida por Muqui, mesmo que de forma efêmera. Essa pequena cidade da rede urbana, torna-se centro turístico e cultural a partir da paisagem do sítio histórico, pode-se dizer ainda que os festivais realizados na cidade são vetores do processo de



expansão dos fluxos com direção à Muqui na rede urbana, mesmo que de forma sazonal. Muqui também expõe a face das pequenas cidades que se inserem no movimento da globalização, agora impulsionado também pelo mundo da digitalização, cujas as corporações globais como Airbnb não dispensa nenhum lugar.

Fresca (2010) começa o debate sobre as cidades pequenas a partir da noção de tamanho e, em relação as cidades, faz-se uma associação entre o pequeno número de habitantes com pequena área – analisado de forma mensurável – ocupada por uma cidade.

Porém, ainda para a autora, essas variáveis resultam em apenas classificar cidades similares, contudo, não levará em conta as especificidades de cada uma delas. Para Fresca (2010), a ideia de que a cidade possa ser classificada como “pequena” é a sua inserção em uma rede urbana e/ou região que dará elementos e melhores condições para entendê-las como tal, esta cidade pequena, que é o caso de Muqui possui uma rica realidade do ponto de vista empírico e social a ser investigada e, aqui, o debate geográfico pode contribuir para sua compreensão.

Desta forma, para Fresca (2010), por mais que ocorram atividades urbanas complexas que extrapolam o denominado “nível mínimo de atividades”, isto não gera elementos necessários para que estas possam ser consideradas como intermediárias. Assim, a autora identifica que a reestruturação produtiva impôs para as cidades pequenas outras demandas que possibilitaram o desempenho de novas centralidades no contexto da rede, sobretudo nas transformações e complexidades que as intensas modificações trazem à rede urbana. Portanto, não é somente a grande cidade que se faz de forma complexa, os pequenos segmentos também se fazem complexos pelo simples fato de requererem um entendimento do todo em que se inserem.

A cidade pequena possui, conforme Jurado da Silva (2011), “uma *materialidade* no seu plano espacial, enquanto *forma* no processo de urbanização e uma *imaterialidade* que pode estar relacionada aos seus *fluxos* informacionais que traduzem sentidos econômicos, políticos e culturais” (JURADO DA SILVA, p. 48, 2011). E ainda conforme o autor, a cidade pequena revela particularidades e singularidades, que quando se combinam, produzem um espaço de relações sociais.

Estes momentos são de crucial importância para a análise geográfica das interações das cidades. Para Corrêa (2000), por menor que seja, a cidade e a rede urbana apresentam formas dotadas de grande fixidez e, exatamente por este motivo, apresenta uma enorme capacidade de

refuncionalização, principalmente a partir das formas capitalistas incorporadas – a cidade e a rede urbana possibilitam a coexistência de formas e funções novas e velhas.

A dinamização da rede urbana e a produção do espaço a partir destes eventos mantém a tendência de se expandirem, direcionando-se predominantemente para as cidades dos estados vizinhos. Em termos concretos, pode-se afirmar que, nesse momento, a flexibilização dos fluxos da rede urbana é constituída pelas cidades na qual o fluxo turístico, animado pela paisagem urbana a ser consumida, faz parte.

A interações de Muqui na rede urbana, podem se intensificar. Dessa forma, tende-se a continuar os fluxos sazonais, portanto, podendo se espalhar a partir dos canais de comunicações criados, tanto pelos turistas, quanto pelos agentes promotores da própria cidade. Ao que tudo indica, Muqui caminha para uma consolidação no imaginário regional, como um lugar detentor de uma paisagem urbana a ser consumida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente artigo objetivou contribuir para o entendimento do uso da paisagem urbana de Muqui, seu Sítio Histórico, como propulsor do meio técnico-científico-informacional. Para tanto, buscou-se amparar no conceito geográfico de paisagem, para compreender e construir as questões recorrentes após a oficialização de Muqui como o maior Sítio Histórico do Espírito Santo. Desse modo, utilizando-se como metodologia a coleta de dados secundários, mas, principalmente pesquisas primárias (trabalho de campo e entrevistas), analisou-se as transformações que estão ocorrendo nesta cidade pequena e suas interações com outras cidades. Transformações essas que revelam como as cidades pequenas estão direcionadas, tanto quanto, as metrópoles e cidades médias, à abertura para os fluxos, sendo os discursos do turismo de consumo de paisagem ou consumo da cultura imaterial mobilizados.

Pode-se compreender que a construção da imagem de uma paisagem *exótica* apresentada por essa cidade está intimamente ligada aos processos de refuncionalização e ressignificação do espaço analisado. Estes processos se constituem como pilares acerca do consumo realizado no sítio histórico, a partir da *fetichização* turística envolta neste espaço decorrente da paisagem de tempos passados que alavanca uma midiaticização sazonal.

As atividades econômicas na cidade de Muqui são modificadas a partir da realização dos festivais que intensificam e modificam os fluxos, mesmo de forma sazonal. A cidade a cada evento realizado, estrutura o espaço com atividades terciárias, como é o caso do aumento das opções de

hospedagem na cidade, além dos fluxos imateriais realizados no espaço para cada evento estudado, como, por exemplo, os filmes selecionados para o Festival de Cinema do Interior, que trazem elementos simbólicos e muitas vezes distintos do conteúdo local.

Tais eventos, mesmo que efêmeros, constantes nessa pequena cidade, talvez, indique que a globalização está sim adentrando aos menores centros, visto que por menor que seja a cidade, esta não está imune às mudanças trazidas neste período, sobretudo a partir da rede de informações estabelecidas nos últimos anos, como aponta Corrêa (2000).

Portanto, devido tempos econômicos passados e a produção de um discurso sobre a importância da paisagem herdada. Hoje o sítio histórico contribui para inserir Muqui no circuito cultural através dos fluxos estabelecidos neste período por parte do consumo turístico e da cultura. De forma que essa última fique subordinada às necessidades capitalistas de consumo, tendo estreita relação aos modismos, intensificando a espetacularização da paisagem dessa pequena cidade.

Inegavelmente, por meio da análise da situação geográfica de Muqui, pode-se realizar uma reflexão de como as cidades pequenas querem sair de sua condição de certa “estagnação” e se inserirem na rede urbana na atualidade. O meio técnico-científico-informacional vai sendo incorporado e a rede urbana hierárquica passa a conviver com fluxos e interações menos rígidos e mais dinâmicos, muitas vezes, não registrados pelas estatísticas por serem fluxos efêmeros, configurando ao que se denominou “centralidades sazonais”.

Para finalizar, destacamos que o estudo das cidades pequenas não pode estar dissociado dos processos transescalares, antes de serem cidades pequenas, elas são parte do processo de urbanização, cumprindo e condicionando as relações socioespaciais.

#### 4 REFERÊNCIAS

- CASTRO, Janio R. B. de. A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de casos. In: **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (orgs.). Salvador: SEI, 2010. 250 p. il. Série estudos e pesquisas, 87.
- CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades**. Território, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 41-53, 1999.
- CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo: Prática Social de Apropriação e de Denominação de Territórios. In: LEMOS, Amalia I. G. de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.), **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires, Clacso, 2006, p. 367- 378.

CRUZ, R. C. A. Planejamento Governamental do Turismo: Convergências e Contradições na Produção do Espaço. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.), **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires, Clacso, 2006, p. 337-350.

FRESCA, T.M. **Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias**. Mercator, número especial, p. 75-81, dez. 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005, p. 251.

HAUTEQUESTT FILHO, Genildo C. **Arquitetura urbana do café em Muqui-Es**. 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2011.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Cidades**. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=320380/>> Acesso em: 09 de setembro. 2017.

JURADO DA SILVA, Paulo F. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente/SP**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2011. 282 f.

LUCHIARI, M. T. D. Paes. **Patrimônio cultural – uso público e privatização do espaço urbano**. In: XI Encontro Nacional Da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, 11., 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPUR, 2005, p. 1-17.

NICOLAU, Ricardo Alexandre. **A identidade socioespacial e constituição territorial: o papel das dinâmicas econômicas na conservação do patrimônio**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2010.

PESSOTTI, Luciene. **Arquitetura Cafeeira do Sul do Espírito Santo: o casario histórico de Muqui**. III Encontro Da Associação Nacional De Pesquisa E Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Data?

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977, p. 81- 99.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

TREVEZAN, Raquel. **Moradores do Espírito Santo aderem ao 'Cama & Café'**. Disponível em: <http://www.es.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/ES/moradores-do-espírito-santo-aderem-ao-camacafe,30e06f1c2a156410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 29/07/2017.

URRY, John. **olhar do turista, O**. Studio Nobel, 1996.